

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADES: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

GENDER VIOLENCE AND MASCULINITIES: A UNIVERSITY EXTENSION EXPERIENCE IN CONFRONTING VIOLENCE AGAINST WOMEN

Submissão:
04/01/2026
Aceite:
20/08/2026

Talita Baldin ¹  <https://orcid.org/0000-0001-9835-5464>
Ramon Pereira da Silva ²  <https://orcid.org/0009-0003-9887-408X>
Luciana Dias Calixto ³  <https://orcid.org/0009-0008-9554-4698>

Resumo

A violência de gênero contra as mulheres configura-se como um grave problema de saúde pública e uma persistente violação de direitos humanos, atravessada por fatores sociais, culturais, econômicos e históricos. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo relatar e analisar uma experiência de extensão universitária desenvolvida no curso de Psicologia de uma universidade privada do Rio de Janeiro, voltada à conscientização, prevenção e enfrentamento da violência de gênero, com ênfase na discussão sobre masculinidades. A atividade extensionista foi realizada no segundo semestre de 2025 e envolveu estudo teórico, organização de um cine-debate e realização de rodas de conversa em uma escola pública, um serviço socioassistencial e uma instituição religiosa. Fundamentado em referenciais dos estudos de gênero, das masculinidades e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, o trabalho evidenciou a relevância de práticas educativas e dialógicas na desconstrução de estereótipos de gênero, no reconhecimento das diversas formas de violência e na promoção de reflexões críticas entre jovens e adultos. Os resultados apontam para a importância da universidade como agente de transformação social, ao articular ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e comprometidos com a promoção dos direitos humanos e da equidade de gênero.

Palavras-chave: Violência de gênero; Masculinidades; Extensão universitária; Psicologia; Direitos humanos.

¹ Professora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói - RJ talitabaldin@id.uff.br

² Graduando pela Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro - UCB, Rio de Janeiro - RJ ibbramon@gmail.com

³ Psicóloga pela Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro - UCB, Rio de Janeiro - RJ calixto.lu@gmail.com

Abstract

Gender-based violence against women constitutes a serious public health issue and a persistent violation of human rights, shaped by social, cultural, economic, and historical factors. Given this context, this article aims to report and analyze a university extension experience developed within the Psychology undergraduate program at a private University in Rio de Janeiro, focused on raising awareness, preventing, and confronting gender-based violence, with special emphasis on discussions about masculinities. The extension activity was carried out during the second semester of 2025 and included theoretical study, the organization of a film debate, and the implementation of discussion circles in a public school, a social assistance service, and a religious institution. Grounded in gender and masculinity studies, as well as public policies addressing violence against women, the experience highlighted the importance of educational and dialogical practices in deconstructing gender stereotypes, recognizing multiple forms of violence, and fostering critical reflection among youth and adults. The findings underscore the role of the university as a key agent of social transformation by integrating teaching, research, and extension, contributing to the training of professionals who are more sensitive, critical, and committed to human rights and gender equity.

Keywords: Gender-based violence; Masculinities; University extension; Psychology; Human rights.

Introdução

A violência de gênero, especialmente contra a mulher, constitui uma das mais graves e persistentes violações de direitos humanos em todo o mundo, manifestando-se enquanto problema de saúde pública e significativo entrave ao pleno desenvolvimento social e observância dos direitos humanos (CFP, 2024). Essa violência transcende classes sociais, raças e níveis de escolaridade e impacta principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Suas consequências são devastadoras: geram traumas físicos e psicológicos profundos, destruição de vínculos familiares, perda de produtividade econômica e, nos casos mais extremos, morte (feminicídio).

No Brasil, apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), os índices permanecem alarmantes. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2023) indicam que uma mulher é vítima de feminicídio a cada sete horas e que milhões sofrem agressões físicas, psicológicas, patrimoniais e morais anualmente. Já no Rio de Janeiro, estado em que este trabalho foi desenvolvido, dados da Secretaria de Estado de Saúde tinham registrado, até julho de 2025, 42.152 casos de agressão identificados em unidades de saúde, dos quais 73,5% tiveram mulheres como vítimas, tornando-se um dos principais desafios sociais no estado (Couto, 2025).

Diante deste cenário, a inação é insustentável, sendo imperativo que as universidades ocupem sua parcela de responsabilidade acerca do tema, compreendendo seu papel enquanto agentes de

transformação social. Cabe a elas mobilizar saberes e recursos para confrontar a violência de gênero, devolvendo à comunidade o conhecimento nelas produzido, em aprendizado mútuo.

É com base nestes pressupostos que o presente trabalho se faz. Como objetivo, buscou desenvolver ações de conscientização, prevenção e combate às diversas práticas de violência de gênero, especialmente contra mulheres, em espaços comunitários externos à universidade. Quanto à proposta metodológica do trabalho em si, trata-se de um relato de experiência produzido a partir de uma atividade extensionista obrigatória, desenvolvida no segundo semestre de 2025, no nono período do curso de graduação em Psicologia de uma universidade privada no Rio de Janeiro. As atividades envolveram estudo teórico sobre *Masculinidades e Violência de Gênero*, organização de um cine-debate aberto à comunidade e realização de quatro rodas de conversa com jovens em diferentes contextos institucionais, sendo uma escola pública, um serviço de assistência da Prefeitura e uma igreja evangélica. As experiências foram sistematizadas em relatório de atividade extensionista e, posteriormente, analisadas para a elaboração deste artigo.

Metodologia

A atividade realizou-se como prática obrigatória de atividade extensionista de uma disciplina obrigatória do nono período do curso de graduação em Psicologia da Instituição de Ensino Superior em questão, localizada no Rio de Janeiro, e foi desenvolvida no 2º semestre de 2025.

As atividades consistiram em: 1) estudo teórico em sala de aula acerca do tema *Masculinidades e Violência de Gênero*, especialmente a violência contra a mulher; 2) organização de um cine-debate no espaço da Universidade, aberto à comunidade acadêmica e externa, com transmissão e discussão de documentário disponível no *YouTube* chamado *O silêncio dos homens* (Papo de Homem e Instituto PdH, 2019); e 3) quatro rodas de conversa no formato de oficina (Gattai, 2014), realizadas com jovens em uma escola pública de ensino, em um serviço de assistência da Prefeitura do Rio de Janeiro e na sede de uma igreja evangélica.

As rodas de conversa, metodologia utilizada na intervenção extensionista, são uma estratégia política e libertadora ao defender que mesmo os grupos que foram historicamente excluídos terão espaço e voz para expor suas vivências. Nesse espaço, as pessoas podem trocar ideias, falar e ser escutadas, refletir e rever valores e ações. Além do caráter reflexivo, pode-se agregar a elas um espaço informativo, de modo a desmistificar temas que ainda não são tão compreendidos socialmente, ou cuja experiência social demonstra haver ainda muitos estereótipos e preconceitos (Manzini, 2024). Areladas aos pressupostos das dinâmicas de grupo de Gattai (2014), foram construídas em três etapas: aquecimento e integração, técnica principal e relaxamento. Vale destacar que, como intervenções psicossociais, essas atividades devem ser construídas no caso a caso, a partir do reconhecimento do grupo e dos objetivos do interventor, sendo descritas na seção dos Resultados. Ao final foi desenvolvido o relatório da atividade extensionista e produzido este artigo como relato de experiência.

Quanto ao respeito aos preceitos éticos, a atividade relatada foi originalmente desenvolvida como prática extensionista vinculada à formação em Psicologia, não tendo, em sua concepção ou execução, finalidade de pesquisa ou de produção de dados para investigação científica, embora o percurso tenha nos dado ferramentas para tal. Considerando isso, para a elaboração do presente relato de experiência, foram rigorosamente observados os princípios éticos relativos à preservação da identidade e da privacidade dos participantes. Assim, não são apresentados nomes, informações que permitam

a localização precisa dos espaços envolvidos ou quaisquer elementos que possibilitem a identificação de participantes. A análise privilegia os efeitos formativos da experiência sobre os estudantes envolvidos na atividade, bem como seus efeitos coletivos e institucionais, sem pretensão de produzir ou expor dados individualizados sobre eles. Dessa forma, a escrita busca preservar a confidencialidade e a dignidade das pessoas envolvidas, evitando qualquer forma de exposição ou individualização que não seja necessária à compreensão da experiência, ao mesmo tempo em que sustenta a reflexão crítica sobre as contribuições da extensão universitária para a formação em Psicologia e para a abordagem da violência de gênero.

Desenvolvimento

O que é ser homem?

Essa pergunta pode carregar no seu bojo respostas diversas. Por exemplo, podemos partir da ideia de *masculinidade*, conceito multifacetado que faz referência a uma gama de características que envolvem comportamentos, pensamentos e visões de mundo em direção àquilo que se considera “masculino” dentro de uma cultura. No Ocidente, tradicional e estruturalmente, tomamos por referência comportamentos e pensamentos que apontam para a força e a virilidade, culminando em práticas que indicam dominação sobre aqueles considerados mais fracos, frágeis e vulneráveis, especialmente quando se trata de corpos femininos (Thorne, 1993).

Conforme Connell (1995), os principais trabalhos sobre o tema até os anos 1970 apontavam para a ideia de gênero relativo aos homens, sendo compreendido como relativo ao “papel do sexo masculino”, o que significava que esse conjunto de características já apontado seria um ideal para a *masculinidade*. De lá para cá, diversas pesquisas ampliaram as discussões sobre *masculinidades*, de modo a termos outros pontos a considerar acerca do conceito, uma vez que falar simplesmente de um papel masculino não permite levar à análise discussões em torno de temas como poder, violência e desigualdade material. Ou seja, sem olhar para seus atravessamentos, não conseguimos chegar às complexidades em torno do tema das *masculinidades*.

Em uma tentativa de desmistificar o termo, partimos da definição de Connell (1995), reconhecida pelo próprio autor como genérica, mas fundamental enquanto ponto de partida:

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades” (Connell, 1995, p. 188).

Observa-se aqui que, quando o autor aponta para o fato de haver mais de uma configuração de *masculinidade*, colocando o termo no plural, apontamos para as inúmeras possibilidades de pensar as *masculinidades*. Logo, não há uma representação do que seria a *masculinidade* e, assim, o masculino, mas algumas construções acerca do termo. Compreendê-las é abrir espaço para desmistificar estereótipos de gênero, principalmente aqueles que ressaltam o uso da força e da virilidade como formas de dominação.

Nesse sentido, vale considerar que, desde a infância, meninas e meninos são expostos a um conjunto de referências que demarcam seu gênero, o qual indica mensagens sobre o que seria ser mulher e/ou homem, de modo binário, bem demarcado, fragmentado. A exemplo, é comum que, nos brinque-

dos e jogos, meninas sejam incentivadas às práticas de cuidado com outros e com a casa, enquanto meninos são incentivados a atividades que promovem a competição e a força física. No uso de roupas, por sua vez, há cores, tecidos, referências nas ilustrações e cortes que indicam o que seria adequado a cada um dos gêneros, envolvendo inclusive o aprimoramento de comportamentos adequados para cada um deles. Desde pequenas, as crianças são separadas de acordo com o órgão genital com que nascem: para as meninas, brinquedos de cozinha, bonecas, fantasias de princesa, na cor rosa; para os meninos, bola, skate e armas de brinquedo, em tons de azul (Thorne, 1993).

Mas seria essa exposição suficiente para construir a crença de que os homens precisam mostrar coragem e força, enquanto as mulheres, fragilidade e dependência? Ela seria suficiente para que todo homem nascesse forte e corajoso, enquanto toda mulher seria frágil e dependente?

Para discutir essa pergunta, trazemos um exemplo social relativamente simples de ser observado nos comentários tecidos em círculos femininos: não se sentar ao lado de homens no transporte coletivo, típicas figuras masculinas, pois eles se sentam de pernas abertas e ocupam muito espaço, enquanto elas foram, desde muito pequenas, pelo uso de vestidos e saias, condicionadas a se sentar com as pernas fechadas, ocupando pouco espaço – e não apenas no sentido literal da situação. Se ousam reclamar, são exageradas, e, se não reclamam abertamente, mas apenas entre os seus (homens), também reforçam os estereótipos de gênero que as colocam em constante situação de fragilidade emocional.

Esses papéis são reforçados pelas mídias, nas representações de homens e mulheres em filmes, séries e publicidades, as quais perpetuam ideias de feminilidade e *masculinidade* irrealistas e prejudiciais a ambos os gêneros. Também, pais, professores e figuras públicas podem reforçar estereótipos que moldam as expectativas sobre gênero, reproduzindo discursos como os supracitados (Thorne, 1993).

Masculinidades e violência

Conforme a legislação brasileira (Brasil, 2006), a violência torna-se tipificada, podendo ocorrer das seguintes formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Na violência física, são utilizados empurrões, tapas, socos, chutes, queimaduras ou qualquer outro tipo de agressão física para causar danos ao corpo de outra pessoa. Na violência psicológica, há a ocorrência de humilhações, ameaças, chantagens, isolamento, controle excessivo, manipulação emocional, gritos e outras atitudes para causar medo, diminuir a autoestima ou prejudicar o bem-estar emocional de outra pessoa. A violência sexual, por sua vez, é caracterizada por forçar um outro a manter relações sexuais contra a vontade, ou mediante coerção e/ou intimidação, pela negação do direito ao uso de métodos contraceptivos, entre outros atos que violem a liberdade sexual. Na violência patrimonial, o uso que se faz é de controle ou destruição de bens, documentos, dinheiro ou objetos, impedindo outra pessoa de trabalhar, acessar o próprio salário, estudar e/ou usar seus recursos financeiros. Por fim, a violência moral é toda forma de ofensa à reputação de alguém, envolvendo caluniar, difamar, espalhar mentiras, insultar, desrespeitar, fazer comentários ofensivos ou usar palavras que tentem desqualificar alguém (Brasil, 2006; Paviani, 2016).

Vale ressaltar que essas formas de violência comumente não vêm sozinhas, sequer se concentram em apenas uma modalidade, o que torna, muitas vezes, o fenômeno da violência sutil e não notificado. Ele pode até mesmo não ser facilmente notado, como no caso das violências que não deixam uma marca física visível (CFP, 2024). Isso torna o fenômeno ambíguo e complexo, implica vários elementos e posições teóricas, assim como são variadas as maneiras de lidar com ele. Paviani (2016)

aponta, inclusive, que as formas de violência são tão numerosas que é difícil elencá-las de modo satisfatório, mesmo quando diversos profissionais se manifestam e abordam alternativas de soluções. A violência ganha outras formas, sendo difícil erradicá-la.

Limitando-nos ao recorte deste artigo, no que diz respeito à violência de gênero cometida contra as mulheres, ela se manifesta de diferentes formas e não é produzida isoladamente. Da mesma forma, não será possível erradicar o fenômeno da violência se tentarmos encontrar uma causa específica. Collins e Bilge (2021) citam um importante artigo de Kimberli Crenshaw para defender a ideia de que o fenômeno da violência contra a mulher se trata de um problema social, referenciando-se ao conceito de interseccionalidade para ampliar a discussão e apontar novas explicações:

Não é possível chegar a soluções imaginando as mulheres como uma massa homogênea ou pintando os homens como perpetradores, tampouco concentrando-se exclusivamente nos indivíduos ou no poder do Estado como locais de violência. Soluções para a violência contra as mulheres continuarão improváveis se esse problema for tratado através de lentes exclusivas de gênero, raça ou classe (Collins; Bilge, 2021, p. 73).

Nesse sentido, as violências direcionadas às mulheres ocorrem dentro de um complexo sistema de dominação e opressão, que ocorre em ampla escala. Atrelar a categoria gênero a outros marcadores sociais nos possibilita refletir sobre elementos históricos fundantes das relações sociais e de poder, baseadas nas diferenças e desigualdades de estruturas que se inter-relacionam e produzem encruzilhadas de opressão a marcadores como raça/etnia, sexualidade, classe, território, deficiência, entre outros (Collins; Bilge, 2021).

Nesse sentido, o gênero é um tipo de produção social, e não apenas de reprodução, e, desta forma, também as *masculinidades*. Conforme Connell (1995), práticas de violência seguem uma certa racionalidade, são práticas propositais, mesmo quando impensadas, e têm como objetivo a manutenção da supremacia masculina. Parte também daí a necessidade de falar da prevenção com os homens, construir junto com eles, pois a *masculinidade* tem a ver com relações sociais, mas também com corpos, não com o corpo biológico, mas com o modo como o gênero e as *masculinidades* são corporificados.

Nesse sentido, um trabalho de prevenção com homens violentos permite construir também práticas em que eles possam assumir a responsabilidade por suas ações, buscando-se outras *masculinidades* possíveis. Até mesmo porque, em uma mesma sociedade, podemos construir diferentes *masculinidades*, o que certamente não é ausente de contradição, mas que, ao mesmo tempo, abre espaço para outras existências possíveis (Connell, 1995).

Se a “masculinidade” significasse simplesmente as características dos homens, não poderíamos falar da feminilidade nos homens ou da masculinidade nas mulheres (exceto como desvio) e deixaríamos de compreender a dinâmica do gênero. O gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias (Connell, 1995, p. 189).

Logo, é importante pensarmos que, mais do que a expressão de um ato violento unicamente vinculado às desigualdades de gênero, precisamos abordar tais violências de forma integral, reconhecendo as estruturas em que se moldam, identificando pontos de exposição a atitudes e posições danosas e inventando outras *masculinidades*. Foi deste ponto que partiu a experiência de extensão universitária.

Resultados e discussão

Estiveram envolvidos diretamente com o projeto em torno de 130 pessoas, considerando-se: 25 estudantes da disciplina e a professora orientadora da atividade extensionista, cerca de 60 participantes do encontro com o cine-debate e cerca de 104 participantes nos quatro encontros de rodas de conversa, que foram realizados em uma escola pública, um projeto social vinculado à prefeitura e um espaço comunitário vinculado a uma igreja evangélica. Além dos encontros para passar e discutir o filme e das rodas de conversa, também foi produzido material informativo sobre os temas discutidos.

A preparação para a atividade e o cine-debate

Logo na primeira aula do semestre, foi discutido em sala o tema da disciplina, com ementa aberta, sendo comum a todos os estudantes que estavam em sala o interesse no tema da violência contra a mulher. Conforme fomos avançando no primeiro mês de aula, entendeu-se que o interesse da turma era trabalhar com os supostos agressores, envolvidos em casos de violência de gênero, considerando-se as mulheres como vítimas.

Em sala de aula, os principais conceitos e temas tangenciais ao interesse da turma foram sendo trabalhados, tomando como referência principal o material produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2024), *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Atendimento às mulheres em situação de violência*. Diversos momentos de trocas de experiências nos campos de estágio, extensão e pesquisa dos estudantes foram considerados, assim como experiências pessoais, que puderam ser acolhidas no espaço da sala de aula. Esse momento foi importante especialmente para os estudantes que, na sequência, escolheriam desenvolver rodas de conversa para falar do tema. A experiência de acolhimento em sala também foi definidora para o interesse da equipe na atividade.

Ainda em sala, foi proposta pela professora uma discussão em torno do documentário *O silêncio dos homens*, produzido pelo canal Papo de Homem e pelo Instituto PdH em 2019, por meio de uma extensa pesquisa com mais de 40.000 pessoas em todo o Brasil, que vinha sendo realizada desde 2016. A percepção dos idealizadores do projeto era de que homens não falam sobre seus medos e dúvidas com os amigos, familiares ou outras pessoas próximas, silêncio que é fonte de diversas outras questões, especialmente relacionadas à saúde mental e à ocorrência de violência, conforme o próprio Instituto PdH:

Silêncio aqui tem sentido amplo. É emocional, verbal, social, tanto individual como coletivo. Estamos falando de uma rigidez psicológica, que se torna um vulcão quando associada aos “mandamentos da masculinidade”: ser bem-sucedido profissionalmente, não agir de modos que pareçam femininos, não levar desaforo pra casa, dar em cima das mulheres sempre que possível, não expressar emoções, dentre outros. O silêncio observado entre os homens não é uma grande conspiração masculina, é como fomos criados. A maioria de nós foi treinado para sufocar o que sente, aguentar o tranco e peitar a vida, como machos. Acontece que essa maneira de existir e estar no mundo tem causado danos, para as mulheres, para outros homens e para nós mesmos. E como tem acontecido ciclicamente ao longo da história com os papéis de gênero, é tempo de mudar (Ação Paramita, s./d., online).

A partir da discussão em sala, no meio do semestre, aconteceu o cine-debate, com convite a diversas instituições próximas à universidade, que se localiza na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Conforme o boletim *Crime no Rio*, a região registra, ano a ano, aumento na letalidade violenta: essa

área da cidade apresentou, em 2024, 1,1% mais casos de estupro, 11,8% mais casos de feminicídios e 44% mais casos de tentativas de feminicídio¹ do que o ano de 2023, o que torna urgente a necessidade de pensar a questão, fortalecendo a prevenção.

Em referência direta ao documentário, a seguir ressaltamos alguns trechos que auxiliaram na compreensão e na discussão dos conceitos. Dentre as questões abordadas pelo documentário estão o conceito de *masculinidade* e temas em torno da dificuldade dos homens em aderir à psicoterapia, por exemplo, para falar de si. São abordadas falas como:

Esses estereótipos, de que eu não preciso de ajuda, homem não chora, que, aparentemente são expressões de força, de potência, na verdade são grandes expressões de covardia, de medo, de temor. De ser explícita e publicamente fraco e vulnerável. Quebrar o silêncio, a respeito de sua própria fraqueza e vulnerabilidade é uma forma de humanizar-se (Ed René Kivitz, 2m54s, YouTube).

Tal fala vai ao encontro do trabalho desenvolvido por Thorne (1993), que já alertava que há uma lógica na construção de um certo papel de homem que elimina da experiência desses sujeitos atitudes consideradas eminentemente femininas, como o ato de cuidar. Pautados nesse discurso, homens se eximem inclusive de cuidar de si próprios, como é o caso da saúde mental. Corroborando essa afirmação, é citada uma pesquisa que revela que “*apenas três em cada dez homens possuem o hábito de conversar sobre os seus maiores medos e dúvidas com os amigos. Os homens sofrem, mas sofrem calados e sozinhos. (...) Quando você escolher falar do que tem dentro, você não vai ser menos homem por isso*” (Guilherme N. Valadares, 5m23s, YouTube). O documentário retrata, também, o machismo e seus impactos na sociedade, evidenciando como os homens são afetados por esse sistema. Assim, foi possível refletir sobre a importância de ouvir o outro lado e compreender que o machismo, além de oprimir as mulheres, aprisiona também os homens em padrões rígidos de comportamento (Silva; Melo, 2021).

Após o documentário ser exibido no teatro da instituição, foi composta uma mesa com professores de Psicologia e de Direito, discutindo o tema. No evento também foram distribuídos *folders* informativos, desenvolvidos pelos estudantes, que se dividiram entre as tarefas. A experiência do cine-debate também fortaleceu os estudantes em termos teóricos para que estivessem mais preparados para a próxima etapa da atividade do grupo que optou por construir as rodas de conversa.

A experiência das rodas de conversa

Na sequência da atividade do cine-debate, a turma de estudantes se dividiu em grupos menores, com autonomia para seguir no desenvolvimento das atividades da disciplina, sendo que um dos grupos, responsável por este relato de experiência, optou pelo desenvolvimento de rodas de conversa com a comunidade acerca do tema das *masculinidades* e da violência de gênero. Inicialmente, objetivava-se falar com grupos de meninos, mas, por questão metodológica, já que as atividades aconteciam em espaços mistos, ela foi ampliada para todos e todas que quisessem participar.

Mediante o contato com colegas profissionais e com diretores de escola que já tínhamos parcerias, foi apresentada a proposta e iniciou-se a organização para as atividades, sendo propostos inicialmente um encontro em uma escola pública e um encontro em um serviço vinculado à rede de

¹ Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/crime-no-rio-3-dados-oficiais-e-analises/>

assistência social do município do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi realizado mais um encontro no serviço público e acolhida a demanda de um centro comunitário vinculado a uma igreja evangélica que era frequentada por estudantes da turma.

O primeiro encontro, em outubro de 2025, ocorreu na escola, onde participaram em torno de 53 estudantes do Ensino Médio, com idade entre 14 e 18 anos. O encontro teve duração de duas horas e aconteceu em sala de aula. Foi desenvolvida uma roda de conversa no modelo de oficina, seguindo os preceitos das dinâmicas de grupo de Gattai (2014), a qual compreende três momentos: 1) aquecimento e integração, 2) técnica principal e 3) relaxamento. Inicialmente, como aquecimento e integração, houve um “quebra-gelo” com apresentações e introdução das seguintes perguntas: quando falamos de violência, do que, exatamente, estamos falando? E o que configura violência para vocês? Na segunda etapa, a técnica principal envolveu uma apresentação digital produzida pelos estudantes, com o conteúdo necessário para esclarecimentos acerca do tema. Havia no material uma pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com a inclusão de dois casos contados de forma fictícia, sobre os quais foram convidados a falar, sendo propulsores de uma discussão mais aberta entre os participantes. Ao final do encontro, para relaxamento, foi aberto espaço para que quem se sentisse à vontade pudesse falar sobre a experiência. O encerramento de todos os encontros aconteceu com os estudantes alertando sobre a importância da denúncia, via canal 180, o Disque Denúncia, e esclarecendo que esta é uma forma de romper com o silêncio e salvar vidas.

O segundo encontro aconteceu mediante a mesma dinâmica, em outubro e em novembro de 2025, com dois encontros para jovens usuários do serviço de assistência da Prefeitura do Rio de Janeiro, em dois bairros da zona oeste do Rio de Janeiro. Dentre os principais objetivos do serviço está oferecer oportunidades de ascensão social para jovens das periferias, pela via da Educação e do acesso ao Trabalho. Estes encontros contaram com a participação da psicóloga do serviço e de 21 jovens, com idades entre 16 e 28 anos.

Por fim, o quarto e último encontro aconteceu na sede de uma igreja evangélica, onde estiveram presentes cerca de 30 pessoas, com faixa etária entre 18 e 60 anos.

A experiência das rodas de conversa e a formação em Psicologia: reflexões dos estudantes

Conforme já apontado, as rodas de conversa são uma estratégia política e libertadora que visa dar voz àqueles que foram historicamente excluídos, assim como têm caráter reflexivo, agregando-se enquanto espaço informativo e de desconstrução do *status quo* (Manzini, 2024). Em relação a isso, com a avaliação da atividade realizada, ao final do encontro, foi possível perceber maior abertura dos participantes em se pensarem como possíveis agressores e também sobre as violências que já viveram e mesmo cometeram. No relato de alguns deles, foi possível identificar que nem todas as formas de violência eram reconhecidas, a exemplo da violência patrimonial e do conceito de violência virtual (GSI/PR, 2024), sendo acrescentada essa informação no contexto da violência moral. Incluem-se nesta categoria, por exemplo, o assédio *online*, o *cyberstalking* e a *sextorsão* (ameaça de divulgação de fotos e vídeos *online*).

Foi possível aos participantes também reconhecerem que há algo que precisa ser feito para que ciclos de violência sejam extintos, ou mesmo não se iniciem, começando pela atenção aos comportamentos e sinais que se emitem nas relações. A partir deles, pode-se reconhecer a potencialidade de uma relação se tornar violenta e, nesse caso, como procurar apoio e ajuda para lidar com a situação.

Dentre os comportamentos que facilmente cometemos cotidianamente, foi destacado que, muitas vezes, é sob o pretexto de cuidado ou proteção que se exerce influência na vida de outra pessoa, tendo como resultado controlar suas decisões, atos e relações (CFP, 2024). Inclusive, participantes mulheres destacaram que, não raro, as próprias mulheres tentam justificar esses comportamentos como se fossem demonstrações de cuidado, amor e ciúmes saudáveis à relação. Do mesmo modo, a violência verbal chamou atenção, pois pode vir como uma brincadeira e culminar com a violência física. Nesse sentido, vale ressaltar que

Um dos compromissos éticos fundamentais assumidos pela Psicologia Brasileira é aproximar-se das discussões e contribuições dos mais diversos movimentos sociais que lutam por protagonismo e direitos em um contexto de democratização do país. A Psicologia brasileira, por sua vez, vem tentando cada vez mais dialogar com tais contribuições, quais sejam dos movimentos indígena, negro, trans, lésbico, bissexual, intersexual, não-binário, defis, dentre outros, para abarcar uma concepção mais ampla e diversificada sobre as relações de gênero. Nesse sentido, todo o trabalho psicológico situado no campo de “mulheres em situação de violência” precisa levar em consideração essa diversidade, com intuito de evitar práticas de exclusão, repressão ou invisibilização (CFP, 2024, p. 83).

Observamos que, a cada fala e explicação sobre os tipos de violências, havia uma identificação por parte dos participantes, uma vez que são questões que os atravessam e impactam. Alguns relataram já terem sofrido ou conhecido quem já sofreu algum tipo de violência. O que mais nos chamou a atenção, entre os *feedbacks*, foram esses relatos. Na escola, enquanto falávamos em uma das salas, ouvíamos comentários como: “*estou me identificando muito com o que está sendo falado*”, “*eu sei o que é sofrer violência psicológica*”. Ao comentarmos essas falas com a coordenação da escola, fomos informados de que um dos participantes do encontro, que havia relatado vivenciar situações de violência psicológica, também havia passado por uma perda significativa por suicídio alguns anos antes e apresentava, à época, sofrimento psíquico importante. Ao buscar compartilhar seu estado emocional com pessoas de seu convívio, teria recebido respostas que deslegitimavam seu sofrimento, associando-o à ideia de “frescura” e a expectativas relacionadas ao modo como, por ser homem, deveria lidar com suas emoções e seguir a vida.

Também foram compartilhados relatos relacionados a situações de violência moral e controle no âmbito de relacionamentos afetivos, incluindo tentativas de restringir atividades realizadas pelos participantes e comportamentos interpretados como demonstrações de ciúme e controle. Em outro relato, foi mencionada a tentativa de oferecer apoio a uma pessoa próxima que vivenciava situações de agressão em um relacionamento, mas que teria recusado a ajuda por permanecer vinculada afetivamente ao parceiro. Esses relatos contribuíram para a percepção de que as rodas de conversa deveriam contemplar também questões relacionadas à dependência afetiva, emocional e financeira, considerando como essas situações podem contribuir para a permanência em relações marcadas por diferentes formas de violência, pontos já levantados a partir da cartilha do CFP (2024).

Por fim, os próprios participantes, ao reconhecerem as limitações de seus conhecimentos acerca das formas de violência e, dado o aproveitamento dos encontros, apontaram para a necessidade de mais palestras, rodas de conversa e campanhas de conscientização para o reconhecimento das leis que garantem o direito de proteção às vítimas, como a já conhecida Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) (Brasil, 2006); a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) (Brasil, 2015), que define o feminicídio como um crime hediondo, elevando a pena para homicídios de mulheres por razões de gênero; a Lei da Importunação Sexual (Lei nº 13.718/2018) (Brasil, 2018), que criminaliza atos de

importunação sexual e divulgação de conteúdo sexual sem consentimento, atuando contra as violências cibernéticas; a Lei Sinal Vermelho (Lei nº 14.188/2021) (Brasil, 2021), que cria um canal de denúncia silenciosa para mulheres em situação de violência doméstica; e a Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) (Brasil, 2023), que estabelece a obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens, minimizando os efeitos de dependência financeira de mulheres.

De forma mais direta, para as mulheres vítimas de violência, os impactos do projeto se referem ao acesso à informação e aos serviços de proteção, visando a erradicação da situação de violência. Esta é a forma de romper com a naturalização da violência e incentivar a prevenção de tais situações, o combate ao machismo e a multiplicação de agentes sociais que atuem no reconhecimento e enfrentamento desse fenômeno (CFP, 2024).

As escolas, enquanto espaços fundamentais de formação e socialização, constituem locais privilegiados para a realização de ações de conscientização e reflexão sobre diferentes formas de violência e sobre as relações de gênero. Nesse sentido, iniciativas dessa natureza também evidenciam o papel da universidade e seu compromisso com a transformação social.

Para os estudantes que conduziram as atividades, a experiência extensionista produz impactos importantes em sua formação, ao possibilitar a aproximação com diferentes realidades e contextos institucionais nos quais a atuação profissional se desenvolve. A médio e longo prazo, essa experiência pode contribuir para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para os desafios da atenção psicossocial e para a atuação junto a pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade social (CFP, 2024). A participação nas ações de extensão, portanto, amplia a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e relacionais necessárias a uma atuação profissional comprometida com a promoção de direitos, a equidade de gênero e a justiça social. Ao mesmo tempo, reafirma o compromisso da universidade com sua responsabilidade social e com a produção de conhecimentos e práticas voltados à transformação da realidade.

Conclusão

O projeto foi satisfatório do ponto de vista do que se propunha, tendo um bom alcance do público almejado e *feedbacks* positivos recebidos pelos participantes e pelas gestões dos espaços em que se realizou. Fica, para os estudantes, o desejo de seguir trabalhando com a temática, buscando viabilizar outras parcerias em escolas, ONGs e outras instituições que atuam com adolescentes. Essa sugestão surgiu, inclusive, por meio dos próprios participantes dos encontros. Em seguimento ao projeto, busca-se viabilizar também parcerias com instituições e setores públicos que trabalham diretamente com casos de violência doméstica e contra a mulher, como a Casa da Mulher e a Delegacia da Mulher, a fim de promover melhorias no atendimento, de modo que possa ser mais atento e humanizado às mulheres que sofrem violência. Essa demanda surgiu com relatos de presentes que já sofreram algum tipo de violência ou conhecem alguém que já sofreu e que, ao procurarem esses lugares para fazer a denúncia, ouviram que deveriam voltar para casa porque não havia evidências suficientes para apurar os fatos. Outras ouviram, ainda, que como não havia marcas no corpo, não seria possível fazer qualquer coisa.

O projeto mostra-se relevante por contribuir para a reflexão e o enfrentamento de diferentes formas de violência nos espaços em que é desenvolvido. A abordagem dessas questões por meio de rodas de conversa e palestras constitui uma estratégia importante de conscientização, prevenção e

enfrentamento das violências, favorecendo a circulação de informações e a reflexão crítica sobre suas diferentes manifestações. Nesse sentido, as ações também podem contribuir para o reconhecimento das redes de proteção existentes e para a discussão sobre políticas públicas e estratégias de intervenção voltadas à garantia de direitos, à prevenção das violências e ao acolhimento e cuidado das pessoas que delas são vítimas.

Para a formação acadêmica, o projeto conscientiza os futuros profissionais para terem uma abordagem mais empática com quem sofre, incluindo aqui o possível agressor. Apenas assim será possível oferecer uma escuta mais afetiva e que verdadeiramente contribua para uma comunicação assertiva, sem pré-julgamentos e preconceitos.

Por fim, a partir das atividades desenvolvidas com o projeto, espera-se aplicar o conhecimento teórico na prática, colocando em ação um conjunto interdisciplinar de saberes de áreas como Direito, Psicologia, Serviço Social, Ciências da Saúde, Comunicação e Educação, adquiridos com as discussões em sala de aula, mas também com as experiências dos estudantes ao longo da formação, integrando o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Espera-se, ainda, contribuir para a produção de novos conhecimentos a partir da interação direta entre estudantes e comunidade, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se, nesse sentido, a importância da curricularização da extensão universitária, que ampliou a participação dos estudantes nas atividades extensionistas. Em uma instituição privada de ensino, na qual muitos conciliam a formação acadêmica com o trabalho em períodos distintos de seu turno de estudo, a inserção da extensão na matriz curricular pode representar uma importante oportunidade de acesso a experiências que, de outra forma, poderiam permanecer restritas a apenas uma parcela desses estudantes.

Referências

- AÇÃO PARAMITA. ‘O silêncio dos Homens’: documentário debate a masculinidade tóxica. [s./d.]. **Redação Galileu**. Disponível em: <https://acaoparamita.com.br/o-silencio-dos-homens-documentario-debate-a-masculinidade-toxica/> Acesso em: 12 ago. 2026.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/eca3a94f-2981-488c-af29-572a73c8a9bf/content> Acesso em: 1 jan. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] (Lei Maria da Penha). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 set. 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> Acesso em: 12 ago. 2026.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência**. 2. ed. São Paulo: GM Editorial; Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/11/RT_Mulheres_web-1.pdf Acesso em: 7 set. 2025.
- COUTO, Camille. RJ já registrou mais de 42 mil casos de violência contra mulheres em 2025. **CNN Brasil**, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-ja-registrou-mais-de-42-mil-casos-de-violencia-contra-mulheres-em-2025/> Acesso em: 30 ago. 2025.
- GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (GSI/PR). **Violência cibernética contra as mulheres**. Brasília: GSI/PR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/gsi/pt-br/seguranca-da-informacao-e-cibernetica/fasciculos/fasciculo_violencia_cibernetica_contra_as_mulheres.pdf Acesso em: 1º jan. 2026.
- GATTAI, Maria Cristina P. **Dinâmicas de grupo**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Senac, 2014.
- MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a organização de rodas de conversa e mesas-redondas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, CAPES, 2024. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/download/2185/1038/9883> . Acesso em: 1 jan. 2026.

PAPO DE HOMEM. O silêncio dos homens. **YouTube**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE> . Acesso em: 1º jan. 2026.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2016. p. 8-20. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 1º jan. 2026.

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4613-4622, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10612021> Acesso em: 1º jan. 2026.

THORNE, Barrie. **Gender play: girls and boys in school**. New Jersey: Rutgers University Press, 1993.